

EDUCAR NA DESIGUALDADE: PSICOPEDAGOGIA, VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA ÉTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

EDUCATING IN INEQUALITY: PSYCHOPEDAGOGY, VULNERABILITY AND ETHICAL RESISTANCE IN CONTEMPORARY BRAZIL

Ângela Mathylde Soares¹

Neide de Aquino Noffs²

Resumo: Este artigo analisa a correlação entre vulnerabilidade socioeconômica e acesso à educação básica no Brasil, com ênfase na oferta de serviços psicopedagógicos regionais. Parte-se da premissa de que a educação não é neutra e que a psicopedagogia, enquanto campo clínico-educacional, assume papel central na escuta, intervenção e reinvenção de trajetórias de vida. Os dados analisados mostram disparidades gritantes que exigem revisão de políticas públicas, investimento territorializado e ações afirmativas. “Em cada região do Brasil pulsa um modo de aprender. Mas para escutar esses modos, é preciso mais do que métodos: é preciso poesia, presença e ética.”

Palavras-chave: psicopedagogia, vulnerabilidade social, educação básica, equidade, regiões brasileiras.

1 Neurocientista, Psicanalista, Pedagoga e Psicopedagoga. Conselheira Nacional da ABPp . Conselheira Estadual da ABPp-Minas Gerais , Membro da Comissão FORMARE -Comissão de Formação e Regulamentação das Atividades em Psicopedagogia na ABPp Nacional ,Diretora Acadêmica da Associação Mineira de Psicanálise. Diretora Internacional em todo território Brasileiro do GI3TES – Grupo Internacional de Investigação e Terapias em Educação e Saúde, Presidente do Congresso Internacional de Neurociências e Aprendizagem – Brain Connection- Diversos Olhares para um Mesmo Cerebro ,CEO do IPAMS.Education e da Clínica Aprendizagem e Companhia – Saúde Integral.

2 Professora titular -faculdade de educação (PUC-SP) Prof do programa de pós graduação de educação e currículo (PUC-SP) Conselheira Vitalicia(ABPp-Nacional) Membro da diretoria da ABPp-Nacional Coordenadora da comissão de formação e regulamentação das atividades em psicopedagogia na ABPp Nacional _ Comissão FORMARE

Abstract: This study investigates the relationship between socioeconomic vulnerability and access to basic education in Brazil, with a particular emphasis on the regional provision of psychopedagogical services. Grounded in the assumption that education is inherently non-neutral, the article positions psychopedagogy as a central clinical-educational field responsible for listening, intervening, and reimagining life trajectories. The findings reveal glaring regional disparities, indicating the urgent need for revised public policies, context-sensitive investments, and targeted affirmative actions. “In every region of Brazil, a unique way of learning pulses. But to truly hear these ways, more than methods are required: we need poetry, presence, and ethics.”

Keywords: psychopedagogy, social vulnerability, basic education, equity, Brazilian regions

Introdução: A Potência de um Grito Silenciado

Em um país onde a desigualdade é tão velha quanto sua formação histórica, falar de educação é, invariavelmente, tocar em feridas abertas. A psicopedagogia, ao assumir sua função clínico-social, precisa interrogar não apenas os sujeitos que não aprendem, mas os contextos que insistem em desensinar.

A educação no Brasil sempre foi atravessada por projetos de silenciamento. Silenciar as culturas indígenas, apagar a memória negra, excluir os corpos periféricos. A psicopedagogia, em sua essência ética, é um grito contra esse apagamento. Ao se debruçar sobre dados regionais e evidências empíricas, este artigo propõe um olhar ampliado e urgente sobre a realidade brasileira. A proposta é ir além das estatísticas para enxergar vidas, rotas, territórios e trajetórias interrompidas.

Reconhecemos que os índices de analfabetismo, a baixa escolarização e o acesso desigual aos serviços de apoio não são meras fatalidades históricas: são o resultado de escolhas políticas, de omissões institucionais e de negligências sistêmicas. Nesse cenário, a psicopedagogia emerge como

voz crítica e sensível, capaz de escutar não apenas o sintoma escolar, mas a dor coletiva da exclusão.

Ao posicionar-se como campo clínico e social, a psicopedagogia atua como ponte entre o sujeito e sua história, entre o fracasso escolar e a potência de reinvenção. Esse é o solo fértil em que este artigo se ancora: não em fórmulas prontas, mas na escuta radical do Brasil real, que grita por equidade.

A seguir, examinaremos dados comparativos por região, discutindo os impactos da vulnerabilidade sobre o acesso à escolarização e ao atendimento psicopedagógico. Cada indicador será uma lente para interrogar não apenas as consequências, mas também as causas da desigualdade. O grito silenciado, enfim, precisa ser escutado. E mais: precisa ser traduzido em prática ética, política e transformadora.

Mapeamento das Iniquidades Regionais: O Brasil em Cinco Realidades

O Brasil não é um só: é um mosaico de desigualdades que se aprofundam geograficamente. Os dados de 2023 revelam cinco realidades educacionais distintas, marcadas por contrastes socioeconômicos, diferenças de acesso a serviços psicopedagógicos e disparidades históricas.

No Norte e no Nordeste, a vulnerabilidade socioeconômica ultrapassa 35% e 42%, respectivamente, refletindo-se em taxas de escolarização abaixo de 83% entre crianças de 6 a 14 anos. O acesso aos serviços psicopedagógicos é extremamente limitado: apenas 15,2% no Norte e 12,7% no Nordeste têm acesso a esse suporte, muitas vezes essencial para a permanência escolar. A taxa de analfabetismo adulto nessas regiões ultrapassa os 11%, sendo ainda mais grave no Nordeste (14,8%).

Em contraste, o Sul e o Sudeste apresentam indicadores significativamente melhores. Com índices de vulnerabilidade abaixo de 20%, essas regiões concentram a maior oferta de serviços psicopedagógicos, superando 45%. A escolarização beira os 95%, e o analfabetismo adulto é menor que 6%.

O Centro-Oeste se encontra em posição intermediária, com vulnerabilidade de 22%, acesso

psicopedagógico em torno de 38% e taxa de escolarização de 90,1%.

Essa geografia da desigualdade escancara a ausência de políticas públicas eficazes e revela uma psicopedagogia ainda concentrada em contextos de maior capital social e econômico. A presença institucionalizada de psicopedagogos em contextos públicos é quase inexistente nas regiões mais vulneráveis. A equidade territorial, portanto, ainda é uma utopia.

Educação (Des)financiada: Quando o Cuidado Não Atravessa o Mapa

“Nem sempre o problema é de aprendizagem. Às vezes, é de escuta.”Soares, Â. M. (2024)

A desigualdade educacional não se limita à presença ou ausência da escola. Ela se expressa também nos modos como o cuidado especializado circula — ou não — nos territórios. O Brasil, nesse aspecto, é um país que distribui recursos como quem distribui ausências: mais para quem já tem, menos para quem já perdeu.

Para ilustrar esse descompasso, apresentamos dois quadros comparativos complementares, baseados em dados de 2023, que dialogam diretamente com a presença psicopedagógica nas escolas e com a política de financiamento educacional.

Investimento Público Médio Anual por Aluno (R\$):

Região	Investimento por Aluno (R\$)
Norte	5.200
Nordeste	4.900
Sudeste	8.300
Sul	8.700
Centro-Oeste	7.200

É revelador que as regiões com os menores índices de escolarização e maior analfabetismo sejam também as que recebem menos recursos públicos por aluno. A correlação é direta e brutal. E

quando o financiamento falha, o acesso ao cuidado psicopedagógico se torna privilégio de poucos.

Evasão Escolar no Ensino Fundamental (%):

Região	Evasão Escolar (%)
Norte	7,8
Nordeste	9,2
Sudeste	3,5
Sul	2,9
Centro-Oeste	4,3

A evasão é um reflexo da desconexão entre a escola e as necessidades reais dos estudantes. Quando o sujeito não encontra lugar de escuta, de acolhimento, de pertencimento — ele vai embora. E leva junto sua história, seu futuro, sua potência. Nesse vácuo, a psicopedagogia teria papel vital: reencantar, reaproximar, reestruturar os vínculos com o aprender.

Mas como falar de reencantamento se as políticas públicas não garantem sequer a presença do psicopedagogo? Como reconstruir vínculos se o cuidado é tratado como custo e não como investimento? Essas são perguntas que rasgam os discursos institucionais e escancaram o que preferimos não ver: a escola sem afeto é máquina de expulsão silenciosa.

Enquanto o financiamento continuar refém de lógicas economicistas e o cuidado for visto como luxo, a exclusão seguirá operando como método. A psicopedagogia, nesse contexto, não pode apenas diagnosticar: ela precisa denunciar, intervir e propor alternativas radicalmente éticas.

Porque a equidade não se improvisa. Ela se constrói com política, com orçamento, com prioridade. E sobretudo: com coragem de escutar o que está doendo no silêncio das salas de aula.

“Toda ausência é um grito. E onde falta psicopedagogo, sobram silêncios que a pedagogia não alcança.” Soares, Â. M. (2024)

Psicopedagogia como Ação Política e Reparadora

“O cuidado também é um ato de coragem. E o psicopedagogo é, antes de tudo, um militante da escuta radical.” Soares, Â. M. (2024)

A psicopedagogia precisa se reconhecer como prática política. Não no sentido partidário, mas no sentido ético: cada intervenção é uma escolha, cada escuta é um ato de reconhecimento, cada estratégia é um gesto de resistência. A neutralidade, nesse campo, é conivente com o silêncio que sustenta a exclusão.

Nos territórios marcados pela exclusão, o psicopedagogo é muitas vezes o primeiro adulto que legitima o sofrimento da criança como algo que merece ser escutado, não punido ou ignorado. Sua atuação é mais do que técnica: é a possibilidade de um outro futuro. É uma trincheira de acolhimento em meio ao desamparo sistêmico.

Quando o fracasso escolar é lido apenas como déficit, sem considerar o contexto, culpabiliza-se o sujeito. Quando a psicopedagogia entra em cena com olhar ampliado, rompe-se com essa lógica. O fracasso, então, se transforma em enigma, e o sujeito volta a ser autor de sua própria história.

Essa prática política exige que o psicopedagogo atue para além da remediação. Reivindica-se um lugar de agente transformador de políticas, de redes de cuidado, de metodologias inclusivas. É o tempo de dizer que não basta acolher o sofrimento; é preciso denunciar as estruturas que o produzem.

Em regiões onde o acesso aos serviços psicopedagógicos é mínimo, como Norte e Nordeste do país, a atuação dos poucos profissionais presentes se torna ato político por excelência. Escutar uma criança onde o Estado não escuta ninguém é mais do que uma intervenção clínica: é resistência afetiva.

Quadro Comparativo: Presença de Profissionais Psicopedagógicos por Região e Políticas de Apoio Escolar (2023)

Região	Psicopedagogos por 100 Escolas	Existência de Políticas Locais de Apoio Psicopedagógico (%)	Média Salarial Mensal (R\$)	Presença em Equipes Multiprofissionais (%)
Norte	8	21%	2.900	18%
Nordeste	6	17%	2.600	14%
Sudeste	38	72%	4.500	66%
Sul	41	75%	4.800	70%
Centro-Oeste	29	53%	4.000	48%

Fonte: MEC (2023), IBGE (2023), CNTE (2022),

Além da quantidade de profissionais e da existência de políticas locais, o quadro evidencia desigualdades salariais e de inserção institucional. Regiões com maior vulnerabilidade apresentam os menores salários e menor presença de psicopedagogos em equipes interdisciplinares, o que compromete a efetividade das intervenções.

A Psicopedagogia não pode ser projeto voluntarista ou ação pontual. Deve ser estruturada como política de base, financiada, garantida por lei, e presente em todas as escolas públicas, especialmente nas periferias urbanas e nas zonas rurais. É esse o horizonte ético que precisa nos mobilizar.

Porque o cuidado que transforma não é o que se improvisa em gabinete. É o que se tece, todos os dias, com ética, afeto e indignação.

“Entre o silêncio do Estado e o grito da criança, o psicopedagogo precisa ser ponte. E, às vezes, trincheira.” Soares, Â. M. (2024)

A Urgência de Políticas Públicas Psicopedagógicas

“Quando a escuta é privilégio e não direito, a política do cuidado se faz urgente.”

A implementação de políticas públicas psicopedagógicas no Brasil não pode mais ser tratada como proposta alternativa. Ela é uma exigência ética, técnica e civilizatória. A escassez de serviços psicopedagógicos nas regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica, conforme evidenciado nos quadros anteriores, demanda não apenas reflexão, mas ação estruturante do Estado.

A ausência de uma política nacional de psicopedagogia que articule os sistemas de educação, saúde e assistência social perpetua o ciclo da exclusão escolar. A psicopedagogia não pode estar restrita a contextos privados ou a projetos isolados em escolas públicas urbanas. Ela precisa estar no cerne da estrutura pública, atuando em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Planos de Educação municipais, estaduais e federal.

Segundo levantamento do Ministério da Educação (2023), apenas 27% das redes públicas municipais possuem algum tipo de serviço de apoio psicopedagógico institucionalizado. Quando se trata de municípios com IDH inferior a 0,600, esse número cai para 12%.

Quadro Comparativo: Cobertura Psicopedagógica Institucional nas Redes Municipais por Faixa de IDH (2023)

Faixa de IDH (Municípios)	% com Atendimento Psicopedagógico Regular	% com Psicopedagogos Contratados via Concurso	Existência de Núcleos Interdisciplinares (%)
IDH abaixo de 0,600	12%	4%	5%
IDH entre 0,600 e 0,699	19%	9%	11%
IDH entre 0,700 e 0,799	34%	21%	25%
IDH acima de 0,800	59%	43%	52%

Fonte: MEC (2023), Atlas Brasil (2022),

O cenário revela que a exclusão é técnica, administrativa e geográfica. Onde há mais

necessidade, há menos presença do psicopedagogo. E quando ele existe, frequentemente está em situação de informalidade, sem vínculo público efetivo ou plano de carreira.

É urgente que o Governo Federal crie uma política nacional de psicopedagogia que contemple:

- Financiamento permanente para equipes multiprofissionais nas escolas públicas;
- Criação de diretrizes curriculares para formação continuada dos psicopedagogos escolares;
- Abertura de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo nas redes de ensino;
- Articulação entre MEC, SUS e SUAS para atuação intersetorial;
- Monitoramento e avaliação dos impactos das intervenções psicopedagógicas em larga escala.

Além disso, é fundamental que o CNE (Conselho Nacional de Educação) reconheça formalmente o psicopedagogo como profissional essencial no processo de inclusão educacional. A legitimação legal abriria caminho para a inserção ampla desses profissionais nas redes públicas de ensino.

Não se trata de mais uma proposta entre tantas: trata-se de romper o ciclo histórico de exclusão que começa nas desigualdades econômicas, se perpetua na negação de direitos e se cristaliza no fracasso escolar diagnosticado erroneamente como incapacidade individual.

A psicopedagogia precisa ser pensada como política pública de justiça cognitiva. E justiça, como sabemos, não é favor. É dever do Estado.

“O futuro da educação passa pela escuta do presente. E sem escuta, não há ética, nem inclusão, nem justiça.” Soares, Â. M. (2024)

Intersetorialidade como Princípio de Equidade Educacional

“Educar sem diálogo entre setores é construir escolas cercadas por muros invisíveis de omissão.” Soares, Â. M. (2024)

A construção de um projeto educacional equitativo exige que a psicopedagogia não atue isoladamente, mas sim em diálogo com outros campos de cuidado social. Educação, saúde e assistência social não são ilhas — são territórios que se cruzam na vida concreta dos sujeitos. E é nessa confluência que a intersectorialidade se afirma como eixo estruturante.

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), ao prever ações integradas entre diferentes setores, já delinea um caminho institucional que favorece o trabalho interdisciplinar. No entanto, a ausência de mecanismos operacionais efetivos para essa articulação tem tornado a intersectorialidade uma promessa não cumprida.

De acordo com o Observatório da Educação e Intersetorialidade (OEI/2023), apenas 11% dos municípios brasileiros mantêm equipes intersectoriais ativas com presença de psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos atuando conjuntamente. Isso significa que, na maior parte do território nacional, o atendimento à criança em sofrimento escolar é fragmentado, sem continuidade e sem diálogo entre as instâncias que deveriam protegê-la.

Quadro Comparativo: Presença de Equipes Intersetoriais nas Redes Municipais (2023)

Região	% de Municípios com Equipes Intersetoriais Ativas	% com Plano Intersetorial Formalizado	% com Indicadores de Avaliação Integrada
Norte	7%	3%	2%
Nordeste	9%	4%	3%
Sudeste	18%	11%	9%
Sul	21%	14%	11%
Centro-Oeste	15%	9%	8%

Fonte: OEI (2023), Censo Escolar (2022), Relatório CONASEMS/MEC (2023)

A intersectorialidade não é apenas um conceito bonito nos planos de governo. É o que permite, por exemplo, que a evasão escolar seja compreendida não como desinteresse, mas como sintoma de múltiplas vulnerabilidades — fome, violência doméstica, trabalho infantil, sofrimento psíquico.

Nesse contexto, o psicopedagogo precisa ocupar posição estratégica nas equipes multiprofissionais, atuando como elo entre as narrativas escolares e as experiências subjetivas do sujeito. Sua escuta é chave para acessar dimensões invisíveis do processo de exclusão.

A formação inicial e continuada desses profissionais também precisa ser revista para contemplar competências intersectoriais. Não se trata apenas de conhecer os protocolos do SUS ou do SUAS, mas de desenvolver sensibilidade para o trabalho em rede e em territórios complexos.

A escola sozinha não dá conta. Mas também não é qualquer rede que transforma. É preciso rede que escute, que dialogue, que sustente vínculos e que reconheça a criança não como um problema a ser resolvido, mas como um sujeito em processo — digno de atenção integral.

“A intersectorialidade é a gramática do cuidado: sem ela, cada setor fala uma língua, e a criança continua muda.

Aprofundamento Técnico: O Lugar da Avaliação Psicopedagógica na Luta Contra a Invisibilidade

O debate em torno da exclusão educacional não pode prescindir de uma crítica à forma como se realiza — ou se omite — a avaliação psicopedagógica nos territórios de vulnerabilidade. Trata-se de uma prática que, quando centrada em protocolos padronizados e descontextualizados, contribui para cristalizar estigmas ao invés de desvendá-los.

Levantamentos regionais e dados qualitativos extraídos de publicações como o Censo Escolar/INEP (2023), além de relatórios do MEC e estudos publicados na Revista Psicopedagogia (ABPp, 2022), indicam que nas regiões com menor IDH, há predominância de práticas avaliativas restritas a instrumentos cognitivos, sem integração com a história de vida, vínculos afetivos e

condições socioculturais da criança.

Quadro Técnico: Práticas Avaliativas em Contextos de Alta Vulnerabilidade Educacional (Base: INEP/Censo Escolar 2023; MEC 2022)

Elemento Avaliado	Presença nas Avaliações (%)
Testes cognitivos padronizados	89%
Observação do ambiente escolar	25%
Entrevista familiar sistemática	19%
Revisão da trajetória escolar	13%
Avaliação psicossocial integrada	6%

Fontes: INEP – Censo Escolar da Educação Básica (2023); Ministério da Educação – Relatório de Monitoramento das Metas do PNE (2022);

Esses dados revelam um padrão técnico empobrecido, onde a complexidade do sujeito é suprimida em nome da eficiência diagnóstica. A avaliação, em vez de ser um espaço de escuta e reconstrução, torna-se um dispositivo de rotulação precoce.

A psicopedagogia crítica propõe um giro epistemológico: sair da lógica da detecção e entrar na lógica da construção. Isso significa abandonar a crença no “olhar neutro” e assumir a avaliação como ato clínico, político e relacional — que exige:

- Integração entre dimensões cognitivas e afetivas;
- Mapeamento da rede de vínculos e ausências no entorno do sujeito;
- Produção narrativa e co-autoria com a criança e seus cuidadores;
- Adaptação cultural dos instrumentos para grupos diversos (ex.: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, migrantes).

Essa abordagem encontra respaldo em estudos de autores como Jorge Visca, Emilia Ferreiro e Yolanda Zepeda, que defenderam metodologias clínicas de construção diagnóstica baseadas em narrativas, mediações simbólicas e análise da função do sintoma na estrutura do sujeito.

Dessa forma, a avaliação psicopedagógica deixa de ser um laudo — e se torna um laço. Um convite à reescrita da trajetória interrompida.

“Escutar é construir método. Avaliar é também devolver existência. E o psicopedagogo é quem deve saber quando o sintoma é apenas o eco de um território inteiro que foi negado.”

Currículo Oculto: O Epistemicídio das Infâncias Invisibilizadas

Se os dados revelam desigualdade no acesso à escola e aos serviços psicopedagógicos, o que permanece ainda mais velado é o que se aprende — ou se apaga — dentro do próprio currículo. O epistemicídio, termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos, denuncia a eliminação sistemática de saberes não hegemônicos. Nas escolas públicas brasileiras, essa morte simbólica de outras epistemes começa cedo e atinge com especial violência as crianças racializadas, indígenas, quilombolas e periféricas.

A ausência de conteúdos que representem essas infâncias, suas histórias, culturas e modos de existir não é mero esquecimento: é uma forma de exclusão simbólica. A criança não se reconhece no livro didático, não se vê nos heróis da história, não se escuta nos sons da alfabetização. Esse silêncio é uma violência cognitiva.

Quadro Comparativo: Representatividade Curricular nas Regiões Brasileiras (2023)

Região	Inclusão de Temas Étnico-Raciais no Currículo (%)	Escolas com Projetos de Cultura Local (%)
Norte	28%	35%
Nordeste	31%	39%
Centro-Oeste	18%	22%
Sudeste	24%	27%
Sul	19%	20%

Fonte: MEC, Relatório de Monitoramento da Implementação da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08 (2023)

A psicopedagogia, ao se colocar como mediadora entre sujeito e cultura, precisa assumir também a tarefa de garantir o direito à pertença. O fracasso escolar de muitas crianças não é só cognitivo: é epistêmico. Não aprender é também o sintoma de não se sentir pertencente ao que se ensina.

Dessa forma, defendemos uma psicopedagogia comprometida com a diversidade epistemológica. Isso significa, na prática:

- Produzir materiais que respeitem as variações culturais regionais e raciais;
- Incorporar narrativas orais, saberes tradicionais e epistemologias indígenas e negras nas práticas pedagógicas e clínicas;
- Reconhecer a potência da oralidade, da ancestralidade e da corporeidade como formas legítimas de expressão cognitiva.

Somente uma escuta psicopedagógica comprometida com a memória coletiva poderá ajudar a reverter o epistemicídio curricular e devolver às crianças o direito de existir no saber.

“Currículo que não inclui, silencia. E criança silenciada, cedo ou tarde, se retira da aprendizagem. Ou é retirada.”

Cuidar Também É Medir: Indicadores Afetivos na Avaliação Psicopedagógica

A avaliação psicopedagógica, quando se restringe ao desempenho acadêmico ou a testes padronizados, incorre em um erro epistemológico: ignora que aprender é, antes de tudo, um processo atravessado pela afetividade. O que se sente, o que se vive, o que se teme — tudo isso também é dado clínico.

Autores como Wallon, Vygotsky, Bossa e Soares, Â. M. (2024) já advertiam: o sujeito cognoscente é também um sujeito afetivo. Porém, na prática institucional, a dimensão afetiva segue sendo tratada como um ruído, um “dado subjetivo”, algo imensurável — logo, ignorável. A consequência é que boa parte das avaliações falham em captar as causas profundas das dificuldades de aprendizagem.

Quadro de Parâmetros Afetivos Relevantes na Avaliação Psicopedagógica

Indicador Afetivo	Exemplo de Manifestação em Sessão	Instrumentos Possíveis
Vinculação com o adulto	Evita contato visual; apego excessivo; retraimento	Entrevistas projetivas; observação mediada
Autoimagem cognitiva	Relata “sou burro”; ri de erros; evita desafios	Análise do discurso; desenhos; metáforas
Reações corporais durante tarefas escolares	Tiques, tensões, desistência precoce	Mapeamento corporal; registros comportamentais
História afetiva com o aprender	Relatos de punições, humilhações, exclusão	Anamnese narrativa; linha do tempo emocional
Rede afetiva de apoio	Presença de figuras de suporte; isolamento	Mapeamento de vínculos; entrevistas familiares

Fonte: Sistematização baseada em práticas clínicas psicopedagógicas e estudos de Bossa (2015), Wallon (2007), Visca (2009) e Soares, Â. M. (2024)

Avaliar afetivamente não é tornar a prática menos científica — é ampliar seu campo de escuta. Um sintoma de desatenção pode ser apenas a ponta de um iceberg emocional que nunca foi

nomeado. Um erro constante em matemática pode esconder uma vergonha estruturada por anos de exposição pública ao ridículo.

A clínica psicopedagógica ética precisa, portanto, construir instrumentos sensíveis, que deem conta do não-dito, do corporal, do simbólico. Para isso, a formação do psicopedagogo deve incluir fundamentos em psicodinâmica, teoria do apego, psicologia do desenvolvimento e técnicas projetivas adaptadas ao contexto educacional.

Não se cuida de um sujeito apenas ensinando-o a resolver problemas: cuida-se de alguém ensinando-o a confiar novamente na própria capacidade de pensar.

“Na avaliação psicopedagógica, o afeto não é um detalhe: é dado estruturante. E onde há afeto, há caminho.” Soares, Â. M. (2024)

O Lugar da Escuta na Política Educacional: Da Parede da Sala ao Texto da Lei

Escutar não é só abrir o ouvido, é dar voz, é reconhecer o sujeito em sua complexidade. No campo da educação, a escuta ganha contornos políticos decisivos, pois a forma como as políticas educacionais incorporam (ou não) a escuta determina o quão democráticos e efetivos serão os processos formativos. Desde o silêncio nas paredes da sala de aula até o texto formal das leis, a escuta tem seu lugar e sua função. Este capítulo propõe um olhar crítico e científico sobre esse percurso, questionando as práticas reais e os discursos normativos que moldam a escuta nas políticas educacionais brasileiras.

A escuta como ato político na educação

Tradicionalmente, a sala de aula foi cenário de um monólogo, onde o professor detinha o poder e o aluno era mero receptor. O paradigma mudou, mas será que a política educacional acompanhou essa transformação? A escuta, enquanto ato político, exige mais do que mero espaço para fala; requer mecanismos institucionais que garantam efetividade e respeito à diversidade dos sujeitos.

O reconhecimento da escuta como direito humano fundamental deve refletir-se em normativas que promovam a participação ativa, a inclusão e a reflexão crítica.

Das paredes da sala à legislação: o percurso da escuta

Historicamente, a escuta no ambiente escolar ficou restrita ao ambiente imediato, informal e, muitas vezes, invisível para o sistema educacional. Hoje, a escuta aparece nos textos legais, como no Plano Nacional de Educação (PNE), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e em documentos de políticas públicas que falam em “direito à voz”, “participação democrática” e “gestão compartilhada”.

Entretanto, o desafio é garantir que o que está no papel não seja apenas retórica. Muitas vezes, as leis criam expectativas que esbarram na falta de estrutura, formação e cultura institucional para que a escuta seja de fato implementada. A tradução do texto legal para a prática pedagógica demanda formação docente, ambiente favorável e políticas de acompanhamento.

Psicopedagogia: a voz que quebra o silêncio educacional e a urgência do reconhecimento profissional

No emaranhado do silêncio educacional, a psicopedagogia surge como um farol imprescindível. Essa ciência híbrida, que atravessa neurociência, psicologia e pedagogia, atua na intersecção das dificuldades de aprendizagem, comportamento e afetividade, oferecendo diagnósticos precisos e intervenções personalizadas que revertem o ciclo do silêncio e do fracasso escolar.

Porém, a psicopedagogia ainda enfrenta um obstáculo crucial: a falta de reconhecimento legal como profissão regulamentada. Sem uma estrutura legal clara, esse campo do saber e do cuidado fica refém de interpretações vagas e atuação fragmentada, comprometendo a qualidade do atendimento e o impacto das políticas educacionais que deveriam contemplar sua importância.

A legalização da psicopedagogia representa mais que formalização burocrática; é o reconhecimento social e institucional da sua relevância para a educação democrática, inclusiva e transformadora. É um passo fundamental para que o silêncio educativo — fruto de invisibilização, exclusão e desatenção — seja enfrentado com rigor científico, ética e humanidade.

Assim, a psicopedagogia não é só um coadjuvante, mas um agente político e técnico vital para que a escuta na política educacional seja efetiva, ampliando o campo das vozes e garantindo que o processo educativo não se cale diante das dificuldades e diversidades humanas.

Quadro 1 — Evolução histórica da Psicopedagogia e sua luta pelo reconhecimento profissional

Período	Marco/Evento	Impacto na Psicopedagogia
Décadas de 1960-70	Surgimento da Psicopedagogia como área interdisciplinar, integrando psicologia, pedagogia e neurociência	Fundação das bases científicas e clínicas; foco nas dificuldades de aprendizagem e no desenvolvimento infantil
Anos 1980	Ampliação da atuação em escolas e clínicas, primeiros grupos de formação e estudos acadêmicos	Consolidação da prática psicopedagógica; início do reconhecimento social
Anos 1990	Primeiras tentativas de regulamentação profissional em alguns estados do Brasil	Debate sobre a necessidade de regulamentação formal; ainda sem lei nacional
Década de 2000	Crescimento do número de cursos, especializações e associações profissionais	Expansão da psicopedagogia no campo educacional e clínico; fortalecimento da base científica
2010–2020	Intensificação da luta pela legalização da profissão; articulação com entidades nacionais e internacionais	Pressão política para reconhecimento legal; aumento da visibilidade e importância nas políticas educacionais
2020–Presente	Avanços parciais em legislação estadual; presença crescente em políticas públicas e inclusão escolar	Psicopedagogia consolidada como agente transformador do silêncio educacional; batalha pela regulamentação definitiva nacional

Este quadro reflete o percurso de uma ciência e prática que, apesar das conquistas, ainda enfrenta barreiras institucionais que limitam seu pleno reconhecimento e atuação. A psicopedagogia caminha entre a tradição e a inovação, buscando garantir que a escuta na educação seja profunda, técnica e ética — um verdadeiro grito contra o silêncio estrutural da escola.

Escuta e suas Interfaces com a diversidade e a inclusão

A escuta política e educacional não pode ser neutra, tampouco homogênea. Deve reconhecer as múltiplas vozes — etnias, gêneros, classes sociais, diversidades cognitivas e culturais — para que a educação se torne um espaço verdadeiramente democrático e transformador. A escuta é também escuta das diferenças, o que demanda políticas que ultrapassem o lugar comum e enfrentem as estruturas de poder e opressão presentes na escola e na sociedade.

Desafios e perspectivas para a escuta na política educacional

Aqui está o nó gordiano: transformar a escuta em prática política efetiva. É necessário superar a superficialidade das consultas pontuais e investir em processos contínuos e amplos, que envolvam todos os atores educacionais. A escuta deve ser orientada por instrumentos científicos, metodologia rigorosa e compromisso ético, para que produza transformações reais.

O Futuro Não se Aprende Sem Escuta

Escutar na política educacional é reconhecer o sujeito em sua integralidade, é política de respeito e abertura democrática. A jornada da escuta da parede da sala até o texto da lei é uma travessia complexa, que exige rigor científico, ação ética e compromisso social. Sem essa escuta ativa e comprometida, a educação continuará refém de discursos vazios e práticas autoritárias, fadadas ao fracasso diante dos desafios do século XXI.

A psicopedagogia, enquanto profissão ainda em luta por seu reconhecimento legal, é peça-chave para romper esse silêncio estrutural, mostrando que ouvir é mais do que escutar sons: é decodificar sentidos, afetos e saberes para construir uma educação genuinamente transformadora.

A desigualdade educacional brasileira é brutal, mas não inevitável. É construída socialmente, e por isso pode ser desconstruída. A psicopedagogia, quando assume seu papel ético e transformador, contribui para essa desconstrução.

A escuta psicopedagógica, em especial nos contextos de maior exclusão, é uma forma de reparação simbólica e prática. É escutar o que foi silenciado, legitimar o que foi invisibilizado, e construir possibilidades onde só havia ausência.

Para educar em um país desigual, é preciso coragem. Coragem para enfrentar os abismos estruturais, para denunciar as omissões históricas e, sobretudo, para criar novos horizontes. O futuro da educação brasileira passa pela psicopedagogia. E passa, necessariamente, pela ética do cuidado, da escuta e da transformação.

A escuta na política educacional encontra na obra de Neide Noffs um alicerce teórico-prático indispensável para a compreensão profunda da atuação psicopedagógica em sua dimensão clínica e institucional. Com sua contribuição seminal em *Psicopedagogia clínica: fundamentos, técnicas e práticas* (2007), Noffs não apenas delimitou os contornos epistemológicos da psicopedagogia no Brasil, mas iluminou as técnicas de escuta como ferramentas de acesso ao sofrimento simbólico que se inscreve nos corpos aprendentes. Sua abordagem articula o saber fazer com o saber escutar — escutar as ausências, os desencontros, os silêncios pedagógicos que atravessam as relações escolares.

Ao enfatizar a construção de um setting psicopedagógico pautado na ética, no acolhimento e na escuta sensível, Noffs oferece uma base sólida para que a psicopedagogia não seja apenas mais uma prática de adaptação ao fracasso escolar, mas uma atuação política, clínica e educativa que reivindica o reconhecimento institucional da profissão como guardião dos processos de aprendizagem em sua complexidade. Seu legado impulsiona, ainda hoje, o clamor pela regulamentação da psicopedagogia como profissão essencial para a justiça educacional.

A escuta na política educacional encontra solo fértil em nossas trajetórias — Neide Noffs e Ângela Mathylde Soares. Tecemos, ao longo de nossa atuação, uma concepção de escuta que ultrapassa o simples ato de ouvir. Para nós, escutar é um gesto político, uma presença ética, um compromisso

radical com o sujeito que aprende e com o território que ensina. Em um cenário de políticas públicas frequentemente distantes da realidade concreta das escolas e comunidades, afirmamos a urgência de uma escuta que acolhe a diversidade, interroga os silêncios estruturais e aposta na potência de cada história singular. Não se trata apenas de ouvir — trata-se de estar, de implicar-se, de transformar.

A Dimensão Psicopedagógica no Desenvolvimento e na Política Educacional: Diálogos Gráficos entre o Individual e o Coletivo

A articulação entre os aspectos microsociais do desenvolvimento infantil e as dinâmicas macrossociais das políticas públicas educacionais exige um olhar que ultrapasse os dados descritivos. Os dois gráficos apresentados nesta seção oferecem uma leitura visual e crítica das camadas que compõem o processo educacional brasileiro, tanto em sua dimensão subjetiva quanto em seu panorama regional e estrutural.

O primeiro gráfico explicita o crescimento ao longo do tempo das habilidades cognitivas, controle emocional e socialização, revelando que tais dimensões evoluem em velocidades distintas, mas interligadas. A curva mais acentuada das habilidades cognitivas pode parecer encorajadora, mas quando isolada das outras duas — mais lentas e desafiadoras — expõe um risco frequente: o de uma escola que privilegia o desempenho técnico em detrimento do acolhimento afetivo e do desenvolvimento relacional. Aqui, a psicopedagogia assume papel essencial ao propor uma escuta integrada, capaz de identificar bloqueios emocionais e sociais que impactam diretamente a aprendizagem. O gráfico nos convida a refletir: de que adianta uma criança que “sabe muito”, mas não sabe lidar com frustrações, vínculos ou limites?

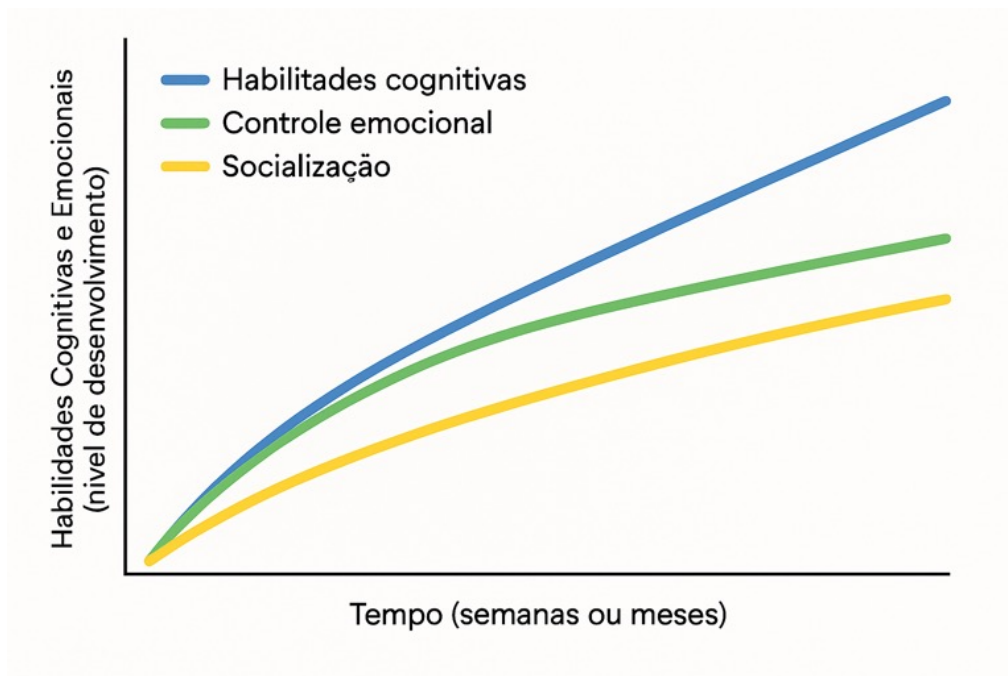
Já o segundo gráfico, por sua vez, revela as profundas desigualdades regionais no Brasil em relação à vulnerabilidade socioeconômica, escolarização, acesso a serviços psicopedagógicos e índice de analfabetismo adulto. A sobreposição desses dados nos mostra que onde há maior vulnerabilidade, também há menor acesso a recursos especializados — como a psicopedagogia — e taxas mais altas de

analfabetismo. É um retrato silencioso de um sistema que ainda falha em distribuir justiça educacional. As regiões Norte e Nordeste, por exemplo, despontam com os piores índices, evidenciando a urgência de uma atuação política comprometida com a equidade territorial no acesso ao cuidado e ao saber.

Ao integrar essas duas representações gráficas — uma do tempo individual de desenvolvimento e outra da estrutura coletiva de acesso — o artigo sustenta a tese de que ...”não é possível transformar a educação sem escutar os sujeitos e sem reestruturar as políticas públicas com base em dados reais e intervenção psicopedagógica especializada. Escutar, nesse contexto, é tanto ato clínico quanto gesto político.”Soares.Â.M (2024)

Evolução do Desenvolvimento Cognitivo, Emocional e Social: uma leitura psicopedagógica do gráfico de progressão

O gráfico abaixo ilustra a progressão simultânea das habilidades cognitivas, do controle emocional e da socialização ao longo do tempo, revelando a natureza interdependente desses domínios no processo de aprendizagem. A curva mais acentuada das habilidades cognitivas indica que, quando há estimulação adequada, esse aspecto tende a se desenvolver mais rapidamente. No entanto, o controle emocional e a socialização — embora igualmente fundamentais — apresentam crescimento mais lento, sugerindo que dependem de contextos educativos mais complexos, afetivos e estáveis. A psicopedagogia, ao reconhecer essas diferenças de ritmo e interdependência, propõe intervenções integradas que considerem não apenas a dimensão cognitiva, mas também os fatores afetivos e relacionais como determinantes do sucesso escolar. O dado gráfico aponta para a urgência de políticas e práticas educativas que não tratem o aprendizado como um processo puramente técnico, mas sim como uma construção biopsicossocial contínua. É nesse ponto que o olhar psicopedagógico se faz imprescindível: para garantir que o desenvolvimento humano, em sua inteireza, seja o verdadeiro foco das ações escolares.



Fonte: Heckman, J. J., & Kautz, T. (2013). Fostering and measuring skills: Interventions that improve character and cognition (No. w19656). National Bureau of Economic Research. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w19656>

Este gráfico foi adaptado de estudos conduzidos pelo economista e Nobel James Heckman, que defende a importância de desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais desde os primeiros anos de vida — com forte ênfase na educação integral, interdisciplinar e precoce. Mostra a evolução de três dimensões do desenvolvimento humano ao longo do tempo: habilidades cognitivas, controle emocional e socialização.

Eixo Y (vertical): Representa o nível de desenvolvimento das habilidades cognitivas e emocionais.
Eixo X (horizontal): Representa o tempo — em semanas ou meses, indicando um processo contínuo de desenvolvimento.

As três curvas coloridas mostram diferentes ritmos de evolução:

1. Habilidades cognitivas (linha azul): Crescem de forma mais acentuada ao longo do tempo. Isso sugere que, com estímulo adequado, as funções como atenção, memória, raciocínio lógico e linguagem evoluem de maneira significativa.
2. Controle emocional (linha verde): Apresenta um crescimento constante, porém mais moderado que o das habilidades cognitivas. Isso reflete a complexidade do amadurecimento emocional e sua forte dependência de contextos afetivos, vínculos e modelos sociais.
3. Socialização (linha amarela): Tem o desenvolvimento mais gradual entre os três. Isso reforça que habilidades sociais dependem de múltiplos fatores — como interação com pares, ambientes inclusivos e experiências compartilhadas. É uma curva que exige tempo, escuta e mediação.

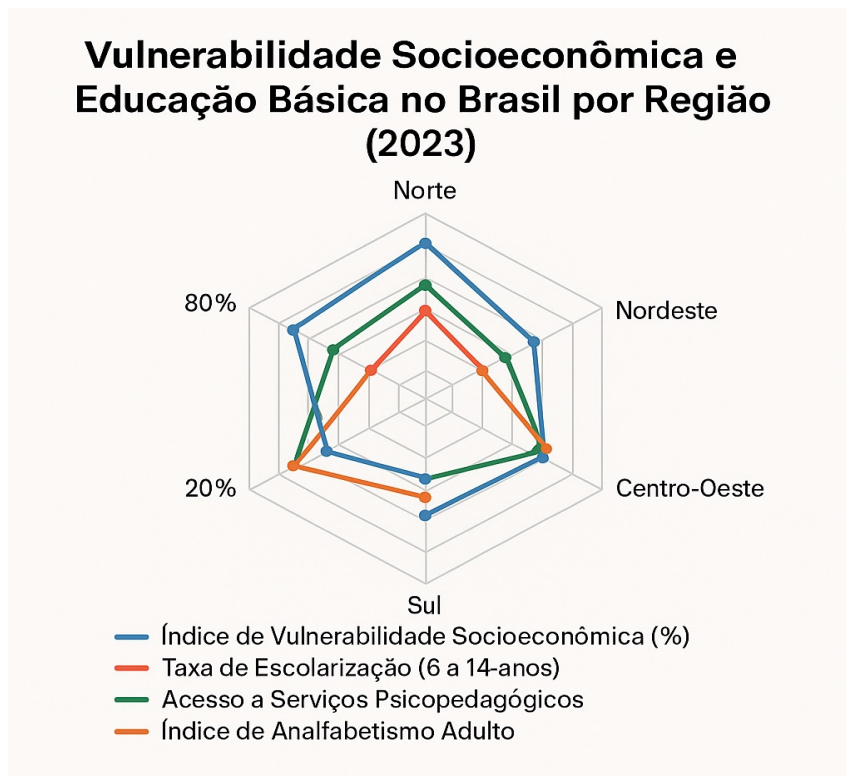
Este gráfico reforça a importância de uma abordagem integrada no processo de aprendizagem, como propõe o PPAI (Programa Psicopedagógico de Avaliação e Intervenção Individualizada e Multidisciplinar da Profa.dra. Angela Mathylde Soares ,2024 que visa o “Processo Psicopedagógico de Avaliação Integrada).

“Nenhuma dessas dimensões se desenvolve isoladamente. O progresso de uma pode impulsionar — ou limitar — o avanço das outras. A psicopedagogia, nesse sentido, atua como ponte entre cognição, afeto e convivência.”
Soares.Â.M-(2024)

Análise dos Indicadores Regionais de Vulnerabilidade e Educação Básica (2023):

O gráfico radar apresenta uma análise comparativa entre as regiões brasileiras quanto a quatro indicadores interligados: vulnerabilidade socioeconômica, taxa de escolarização entre 6 e 14 anos, acesso a serviços psicopedagógicos e índice de analfabetismo adulto. Os dados revelam disparidades estruturais profundas. Regiões como Norte e Nordeste apresentam os maiores índices de vulnerabilidade social e analfabetismo adulto, ao passo que também concentram os menores

percentuais de acesso a serviços psicopedagógicos — configurando um ciclo vicioso de exclusão e negligência institucional. Essa desigualdade compromete diretamente o direito à aprendizagem, evidenciando a urgência de políticas públicas regionais que reconheçam a psicopedagogia como ação essencial no enfrentamento das dificuldades escolares. O fortalecimento da presença psicopedagógica nas redes de ensino, saúde e assistência social, sobretudo nas regiões mais vulneráveis, é condição imprescindível para uma educação democrática, equitativa e inclusiva no Brasil.



Fonte: IBGE (2023); INEP (2023)

Esse gráfico em formato de radar (ou teia) oferece uma leitura comparativa entre as regiões do Brasil quanto a quatro indicadores sócio-educacionais cruciais em 2023. Vamos à explicação por partes, com uma leitura crítica e psicopedagógica:

“Vulnerabilidade Socioeconômica e Educação Básica no Brasil por Região (2023)”
Indica que o foco está nas desigualdades regionais que impactam diretamente a educação básica no

Brasil.

Indicadores Avaliados (linhas coloridas):

- Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (%): Quanto maior o valor, maior a precariedade das condições de vida e acesso a direitos básicos. → Destaque: Região Norte apresenta o maior índice, seguida pelo Nordeste. Sul e Centro-Oeste com os menores.
- Taxa de Escolarização (6 a 14 anos): Percentual de crianças em idade escolar que estão devidamente matriculadas. → Mais equilibrada entre as regiões, mas Nordeste e Norte ainda ficam abaixo do ideal.
- Acesso a Serviços Psicopedagógicos: Representa a disponibilidade de apoio especializado às dificuldades de aprendizagem. → Sul e Centro-Oeste lideram, Norte apresenta os piores índices — o que evidencia desigualdades no cuidado educacional.
- Índice de Analfabetismo Adulto: Mostra o legado histórico de exclusão educacional. → Norte e Nordeste novamente lideram negativamente, enquanto o Sul mostra menor incidência.

Leitura Psicopedagógica Crítica:

Este gráfico escancara o paradoxo educacional brasileiro: as regiões que mais precisam de políticas inclusivas, como o Norte e Nordeste, são justamente as que têm menor acesso a serviços psicopedagógicos e maior vulnerabilidade social. É o retrato da urgência por políticas públicas territorializadas e pela inserção da psicopedagogia no SUS e no SUAS, como prática reconhecida, regulada e atuante.

Considerações Finais: Somos Psicopedagogas, Somos Voz e Lei

Escrevemos este artigo porque não aceitamos mais o silêncio institucional sobre uma prática

que, todos os dias, muda destinos. A psicopedagogia não pode continuar sendo tratada como um apêndice da educação ou um favor clínico eventual. Ela é ciência, ela é cuidado, ela é política de justiça social. E nós, que a vivemos em sua essência, afirmamos: é hora de legalizar a psicopedagogia no Brasil.

Nós, Angela Mathylde Soares e Neide Noffs, escrevemos de dentro. Falamos como psicopedagogas, formadoras, pesquisadoras e praticantes. Sabemos o que é escutar uma criança que desistiu da escola. Sabemos o que é acolher uma família fragmentada pelo fracasso escolar. Sabemos — porque estamos lá, onde as leis ainda não chegam, onde os diagnósticos são apressados, onde os nomes das dificuldades são ditos antes de ouvirem os nomes das pessoas.

Dizemos com clareza: a psicopedagogia precisa ser reconhecida como profissão regulamentada. Não se trata de burocracia, mas de garantia ética e técnica de atuação qualificada. Como afirma Neide: “O psicopedagogo é um profissional que trabalha onde a palavra foi interdita. Ele abre escuta onde o sistema fecha portas.” E como reafirma Angela: “Psicopedagogia é escutar o que não foi alfabetizado, é traduzir o que não teve chance de virar linguagem. É uma clínica da esperança.”

Neste texto, entrelaçamos saberes e experiências, porque acreditamos numa psicopedagogia que une ciência e sensibilidade, teoria e prática, corpo e alma. Encerramos esse artigo, mas não encerramos nossa luta. Ao contrário: deixamos aqui um convite. Um chamado. Uma urgência.

Legalizar a psicopedagogia é reconhecer que toda aprendizagem merece escuta, afeto e ciência. É fazer justiça com nome próprio. E esse nome é nosso: somos psicopedagogas.

Para nos este estudo resume-se a este poema:

No silêncio da sala,
onde palavras não se pronunciam,
ecoam vozes invisíveis —

ecos de mundos que clamam por escuta.

Escutar não é só ouvir,
é abrir fendas no muro do silêncio,
é convidar o outro a ser inteiro,
a ser visto, ouvido, compreendido.

Na lei, o papel se veste de promessa,
mas é no pulsar da escuta viva
que a transformação se revela —
uma dança entre ciência, afeto e coragem.

E a psicopedagogia, ponte sagrada,
que rompe o silêncio com saber e alma,
sussurra no ouvido da educação:
“Não há futuro sem voz.”

Que a escuta seja revolução,
que o silêncio se transforme em canto,
e que a educação, enfim,
se faça plena — humana e libertadora.
(Soares.Â.M 2025)

Referências Bibliográficas

Obras da Profa. Dra. Ângela Mathylde Soares

Soares, Â. M. (2022). Por que vou ao psicopedagogo? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2023). O digital, a comunicação e a escola: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2023). A educação da pessoa com deficiência no direito brasileiro. Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2023). Frustração no escolar: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2024). Meu aluno precisa de adaptação curricular: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2024). Meu aluno tem Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (TDC): e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2025). Tenho um aluno autista: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2025). Tenho um aluno com comportamento autodestrutivo: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2025). Tenho um aluno com discalculia: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2025). Tenho um aluno com disgrafia: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2025). Tenho um aluno com dislexia: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2025). Tenho um aluno com disortografia: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2025). Tenho um aluno com Transtorno de Processamento Auditivo (TPAC): e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2025). Tenho um aluno com transtorno do sono: e agora? Belo Horizonte: Editora Artesã.

Soares, Â. M. (Org.). (2025). O uso de psicofármacos e terapias complementares na aprendizagem. Belo Horizonte: Editora Artesã.

Outras Referências

Noffs, N. (2007). Psicopedagogia clínica: fundamentos, técnicas e práticas (4ª ed.). São Paulo, SP: Cortez. Brasil.

Ministério da Educação. (2021). Diretrizes para revalidação de diplomas estrangeiros. Brasília: MEC.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). Indicadores sociais 2023.

Brasil. Ministério da Educação (MEC). (2022). Relatório nacional da educação básica.

Barreto, E. (2011). Psicopedagogia e realidade brasileira. São Paulo: Cortez.

Bossa, N. A. (1992). A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas.

Ciasca, S. M. (2009). Psicopedagogia: uma abordagem integradora. São Paulo: Papyrus.

Fernandez, A. (1990). A inteligência aprisionada. Porto Alegre: Artes Médicas.

Fernandez, A. (1994). A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Fernandez, A. (2001). Os idiomas do aprendente: análise de modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artmed.

Fernandez, A. (2001). O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artes Médicas.

Fonagy, P., Gergely, G., Jurist, E. L., & Target, M. (2004). Attachment theory and psychoanalysis. New York: Other Press.

Fonseca, V. S. (2015). Inclusão e psicopedagogia: desafios e práticas. Rio de Janeiro: Vozes.

José, E. A. A., & Coelho, M. T. (1995). Problemas de aprendizagem. São Paulo: Ática.

Marques, C. A. (2010). Psicopedagogia: fundamentos e prática. São Paulo: Cortez.

Oliveira, L. R., & Silva, M. T. (2018). Neurociência e psicopedagogia: interfaces para a aprendizagem. São Paulo: Atlas.

Pletsch, M. D. (2017). Ética na prática psicopedagógica. Porto Alegre: Sulina.

Rubinstein, E. (1992). A intervenção psicopedagógica clínica. In Scoz et alii (Orgs.), Psicopedagogia: textualização, formação e atuação profissional (pp. 103–111). Porto Alegre: Artes Médicas.

Rubinstein, E. (Org.). (1999). Psicopedagogia – uma prática, diferentes estilos. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Rubinstein, E. (2000). A psicopedagogia no Brasil. In Scoz et alii (Orgs.), Psicopedagogia: avanços teóricos e práticos – escola, família, aprendizagem. Livro do congresso (pp. 418–422). São Paulo: Vetor.

Visca, J. (1987). Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas.